



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO**

### **PROJETO DE LEI Nº 766, DE 2015**

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Corretor de Veículos Automotores.

Autor: Deputado DAGOBERTO

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

### **VOTO EM SEPARADO**

#### **I – RELATÓRIO**

O projeto de lei em análise pretende regulamentar a profissão de corretor de veículos automotores, determinando regras para exercício da profissão, entre outras providências.

A proposição foi encaminhada, em regime de tramitação ordinária, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (Art. 54, RICD).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

#### **II – VOTO**

O presente projeto de lei tem como objetivo regulamentar a profissão de corretor de veículos automotores, determinando que seja profissão privativa dos portadores de diploma de conclusão de curso técnico de veículos automotores.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposta objetiva ainda a criação de Conselho Federal e de Conselhos Regionais, além de prever as competências do corretor e a documentação necessária para seu registro profissional. Além disso, faculta às montadoras e concessionárias de veículos automotores, a inclusão de corretores de veículos em seu quadro funcional.

*Data vênia* o entendimento do autor, que tem a nobre intenção de regulamentar a atividade desses profissionais, a fim de proporcionar ao consumidor um atendimento mais qualificado, bem como da Relatora que o aprova sem modificações, o projeto necessita de alguns ajustes.

A despeito desta Comissão ser de mérito, cabendo à CCJC pronunciar-se sobre a constitucionalidade, não é demais pontuar inconstitucionalidades flagrantes, para contribuir com a reflexão desta Comissão, posto que:

➤ O art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, dispõe que *“é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”*, ou seja, na forma que o projeto está redigido ficam instituídas limitações e vedações ao exercício profissional por terceiros, e sem consonância com o comando constitucional apontado;

➤ A criação de conselhos profissionais, reconhecidos como entidades autárquicas e, portanto, órgãos da administração pública, demanda iniciativa do Presidente da República, tal como disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal. Desta forma, o projeto é marcado por inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, que não é afastado pelo uso de fórmula “autorizativa”, conforme já reiteradamente decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, para que se aproveite a essência do projeto, desviando de eventuais irregularidades que inviabilizem o avanço da matéria neste parlamento, propomos a construção de uma alternativa, retirando as exigências que impossibilitam o exercício da atividade por outros profissionais e os dispositivos referentes à criação de Conselhos, a fim de viabilizar o andamento do mérito da proposição, bem como atender aos dispositivos constitucionais.

Não adianta debatermos sobre dispositivos que, em seguida, serão, de pronto, considerados inconstitucionais, quando podemos aproveitar o debate qualitativo aqui empregado para construir um texto viável.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Diante de todo o exposto, com a devida vênica à ilustre Relatora e no intuito de aprimorar a proposta, apresentamos o presente Voto em Separado propondo a **aprovação** do PL nº 766, de 2015, na forma do Substitutivo anexo.

Sala de Comissões, em                      de                      de 2018.

**Deputado Capitão Augusto**  
**PR/SP**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 766, DE 2015

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Corretor de Veículos Automotores.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta lei regulamenta o exercício da profissão de Corretor de Veículos Automotores.

**Art. 2º** Para os fins do artigo anterior entende-se por Corretor de Veículos Automotores o profissional que intermediar a compra, a venda, a troca e/ou a locação de veículos automotores.

**Art. 3º** Os Corretores deverão demonstrar aos seus empregadores capacidade técnica para execução de sua atividade, visando assim, um melhor atendimento ao consumidor dos serviços prestados.

**Art. 4º** É facultado às Montadoras e Concessionárias de Veículos Automotores solicitar de seus Corretores cursos de qualificação e capacitação para o exercício das atividades de sua competência.

**Art. 5º** A criação do Conselho Federal, bem como dos Conselhos Regionais de Corretores de Veículos Automotores é de competência do Poder Executivo, ficando a cargo deste Poder sua regulamentação posterior.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Comissões, em                      de                      de 2018.

**Deputado Capitão Augusto  
PR/SP**